

INFORMATIVO

GNI
SESI
SENAI
TEL

Interação

INSTITUTO EUVALDO LODI

Agosto 2005

Em Minas Gerais,
APL incentiva a
biotecnologia

página 3

Pólo de confecção
melhora produto
para faturar mais

página 12

Inovação na indústria

Empresários, acadêmicos e governantes
discutem propostas para aumentar a
competitividade industrial no Brasil

página 6

Inovação e desenvolvimento

O envolvimento de empresas, universidades e governo é fundamental para a criação de políticas eficazes e duradouras de estímulo à inovação

O desenvolvimento da economia brasileira depende, em grande parte, do alto potencial tecnológico das empresas e da sua capacidade de inovar permanentemente. Os efeitos das inovações são claros, imediatos e benéficos para a sociedade. Aumento da geração de empregos e renda, arrecadação de impostos, conquista de novos mercados e atração de investimentos diretos são alguns dos principais benefícios.

Este ano é especial para o Brasil no que diz respeito à inovação tecnológica. A aprovação da Lei da Inovação, no fim do ano passado, e a da Medida Provisória 252 – a MP do Bem –, neste ano, são um marco. Alinhadas com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, ambas auxiliam na criação de um ambiente favorável à inovação ao estabelecer regras que integram os vários elos que compõem essa cadeia.

Em meio a esse novo cenário, são fundamentais eventos como os fóruns regionais e o I Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria,

FOTO: MIGUEL ÂNGELO



que será realizado de 14 a 16 de setembro, em Brasília. Esses encontros, organizados pela CNI, com o apoio estratégico do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), têm o papel de mobilizar empresas, universidades e governo para discutir propostas de políticas que ampliem o estímulo à inovação.

A participação da indústria nesse processo culminará no Congresso Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, no mês de novembro. No congresso, serão apresentadas

propostas relacionadas a financiamento e incentivos, barreiras técnicas, capacitação de recursos humanos e infra-estrutura tecnológica, entre outras.

O crescimento econômico do País depende diretamente do estímulo à inovação nas empresas. As recentes mudanças nos marcos regulatórios específicos são um importante passo para a criação desse ambiente favorável. Mas é preciso ir além, envolvendo empresas, universidades e governo para derrubar barreiras que impedem uma rápida evolução de processos que aumentem a competitividade industrial.

Somente dessa forma será possível ao Brasil alavancar sua economia e ingressar definitivamente na rota do desenvolvimento sustentável, conforme visão apresentada pelo Mapa Estratégico da Indústria.

Carlos Cavalcante
Superintendente do IEL

Mercado aberto

Desenvolvimento da biotecnologia no Brasil depende do trabalho conjunto da indústria com centros de pesquisa e universidades

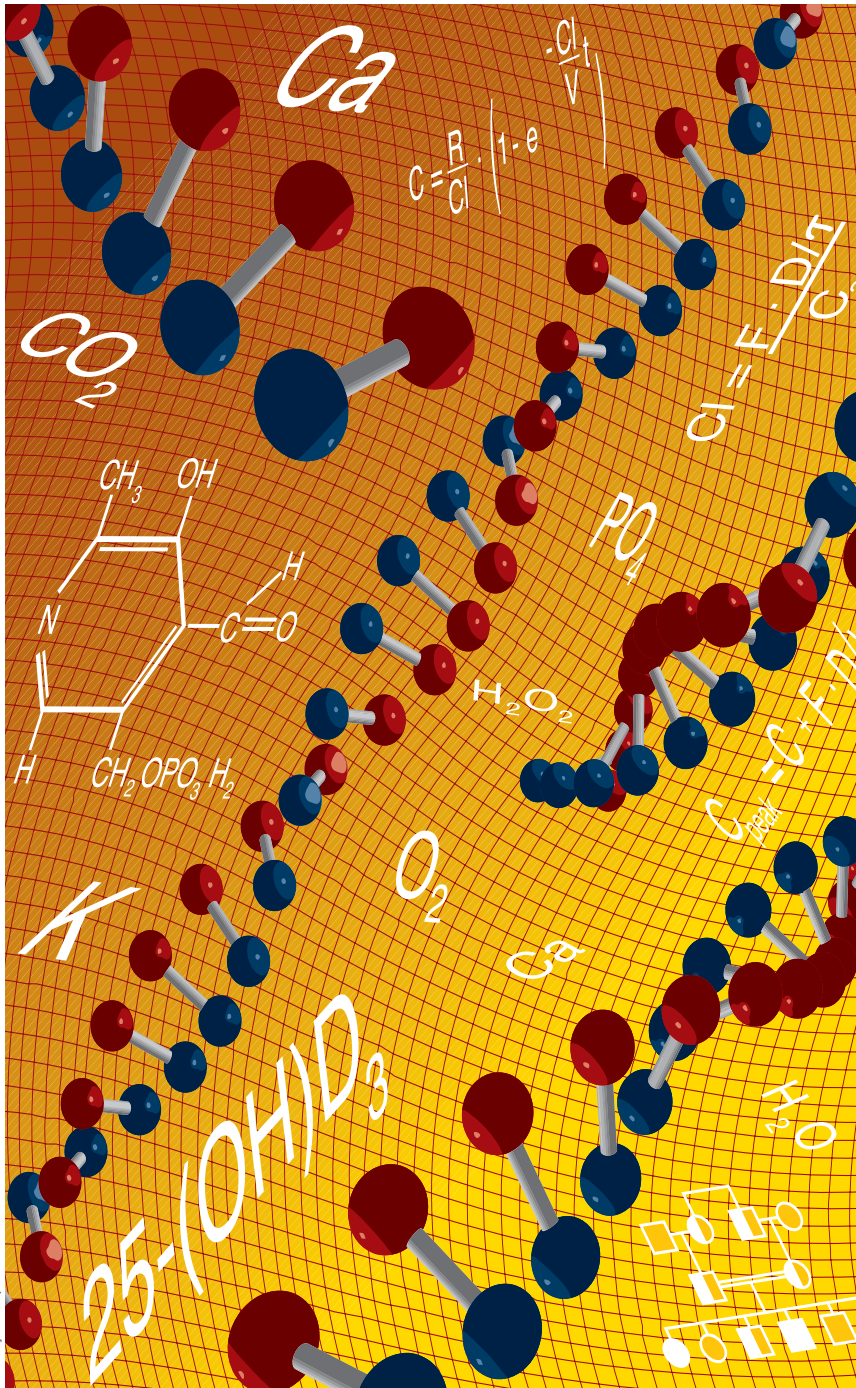


ILUSTRAÇÃO: LIQUIDLIBRARY

O Brasil vem se destacando nos últimos anos, ao lado de países como a China e a Índia, na inovação em biotecnologia, principalmente voltada para a fabricação de fármacos. Várias ações vêm sendo realizadas para o fomento e consolidação do setor, sendo uma delas a de incentivo à interação da indústria com o meio acadêmico, com a criação de incubadoras de empresas, programas de estágios, acompanhamento de projetos específicos, entre outras. O IEL realiza em Minas Gerais projetos que traduzem esse movimento de incentivo à biotecnologia e à indústria de fármacos, com a organização de pequenas e médias empresas localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte. Um desses projetos foi a criação do arranjo produtivo local (APL). "Sensibilizamos as empresas para a necessidade de trabalharem juntas com o objetivo de ampliar a interação com a universidade, criando novos produtos e prospectando novos mercados", afirma Christian Souza, economista do IEL-MG.

Segundo ele, a potencialização da indústria de biotecnologia foi estimulada com a realização, no ano passado, do seminário BioBrasil, que resultou na consolidação de um planejamento estratégico para o desenvolvimento do setor, por meio de ações como treinamentos e capacitação, voltadas à qualificação profissional, inovação tecnológica e



Já estão inseridas no processo várias empresas de remédios fitoterápicos, fármacos similares, medicamentos específicos, entre outros.

“A criação do APL foi uma oportunidade, pois as pequenas empresas podem agora, por exemplo, contar com laboratórios de universidades e centros de pesquisa. Além disso,

Estado. “A interação empresa-universidade, dentro da missão do IEL, é o que move o desenvolvimento de novos produtos”, diz Souza.

PARQUE DE EMPRESAS

Os resultados são os frutos de um longo esforço. Há 15 anos, por exemplo, a Fundação Biominas vem desenvolvendo um trabalho de integração da indústria com os pesquisadores. Ao todo, 30 empresas foram criadas a partir de incubadoras da instituição, que acompanha o processo da idéia até a instalação da empresa. “A gente vinha fazendo esse trabalho, criando o maior parque de empresas de biotecnologia em Minas Gerais. Mas, junto com a Fiemg, o IEL e o Sebrae, ajudamos a criar um pensamento de APL. Antes disso, nas empresas não se pensava que a integração poderia se reverter em resultados

busca de novos mercados. A iniciativa veio da Fundação Biominas, instituição voltada para a incubação de empresas. O documento de planejamento estratégico também foi uma demanda do governo do Estado. “A partir daí, podemos dizer que o APL foi potencializado”, reitera Souza. Além disso, recursos do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procomp) foram garantidos em ações estratégicas para o pólo. “Demos uma turbinada no APL”, complementa.

O economista observa que a aproximação das instituições de pesquisa e desenvolvimento e de ciência e tecnologia tem contribuído significativamente para a consolidação da indústria de fármacos no Brasil. “Essa aproximação dá fôlego aos novos projetos”, avalia. Para se ter uma idéia da dimensão atingida pela indústria, o setor recebeu neste ano, para planos de ações, um aporte de R\$ 1 milhão. No ano anterior, o volume de recursos ficara em R\$ 250 mil.

a aproximação com a universidade permite um direcionamento das pesquisas”, atesta Giana Marcellini, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins Industriais no Estado de Minas Gerais (Sindusfarq), que congrega 52 indústrias no



Emerich: antes do apoio do IEL e do Sebrae ninguém pensava que a integração por APLs reverteria em resultados para todos



O IEL promove interação entre a indústria e a universidade para incentivar a biotecnologia em Minas Gerais

comuns”, afirma Eduardo Emerich, presidente da Biomina.

O desenvolvimento da indústria de fármacos, com a interação universidade-empresa, também pode ser notado em outros Estados. Na cidade de Anápolis, o pólo de indústrias farmacêuticas tem uma participação efetiva do IEL Goiás na formação de novos profissionais. Estudantes de Farmácia e Química de diversas áreas do País participam de estágios nessas empresas, em muitos casos com resultados

concretos, inclusive financeiros. É o caso dos que, a partir de um estágio na Neoquímica, desenvolveram um projeto inovador de redução do tempo de análise laboratorial, de 12 para duas horas. “Prospectamos estagiários do interior, também com o auxílio do IEL, e a maioria acaba sendo efetivada”, diz Badran Awad Odeh, coordenador de Recursos Humanos da Neoquímica. Atualmente, são 35 estagiários em todas as áreas, em uma empresa com 1,2

mil funcionários. “Retemos grande parte deles. Nossa idéia é formar mão-de-obra”, acrescenta.

A cada semestre, os estudantes participam do estágio na cidade, muitos vindos de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina. O IEL auxilia empresas, como os fabricantes de remédios genéricos Teuto e Labo, na contratação dos estagiários. Realiza recrutamentos, análises de perfis, entrevistas e organiza banco de dados.

Panorama do setor

A indústria de biotecnologia de Minas Gerais é a segunda maior do País, concentrando 29% das empresas, atrás apenas da do Estado de São Paulo, que tem 46%. Das 75 empresas localizadas no Estado, 52

estão na região metropolitana, sendo 71% da área de saúde humana, 15% da de saúde animal. As demais produzem materiais voltados para o meio ambiente, biologia molecular e agronegócio.

Em busca da competitividade

Por todo o País, fóruns organizados pela CNI e pelo IEL preparam propostas para o I Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria

Até setembro, indústrias brasileiras devem participar de dezenas de encontros regionais e setoriais para discutir, ao lado de representantes de instituições de pesquisa e dos governos estaduais e federal, quais ações de políticas públicas e iniciativas empresariais devem ser priorizadas para impulsionar a inovação e a competitividade do País. Organizados pela CNI, os fóruns culminam, dias 14, 15 e 16 de setembro, em

Brasília, no I Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria.

Os encontros e o congresso contam com a participação de representantes do setor produtivo brasileiro, da academia e do governo para discutir quais as melhores formas de o País ganhar competitividade por meio da inovação tecnológica. Além de indústrias, sindicatos e associações setoriais, os fóruns e o congresso reúnem universidades,

agências de fomento e centros de pesquisa públicos e privados, secretarias municipais e estaduais de ciência e tecnologia, ministérios e órgãos dos governos federal e dos Estados vinculados às ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo.

“Envolver todos os atores na discussão é essencial porque garante o compromisso de todos com a implementação das ações traça-

FOTO: IEL - PARANÁ

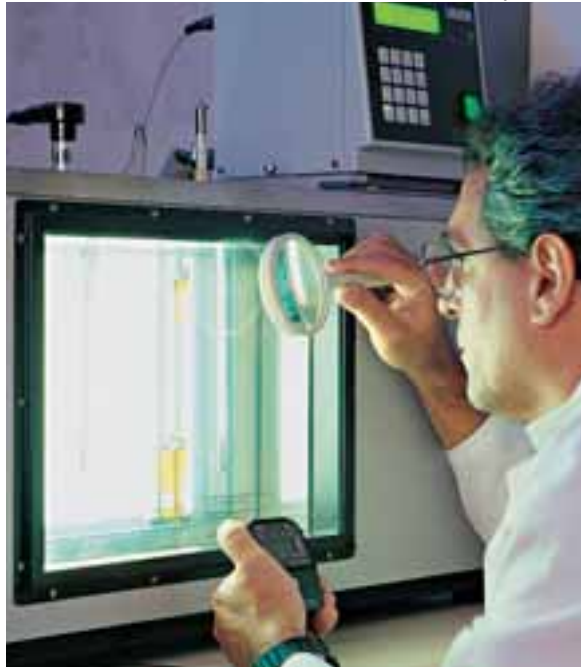


Lores, durante fórum no Paraná: é fundamental a participação e o compromisso de todos com o setor produtivo

das e faz com que estas estejam conectadas com as necessidades do setor produtivo, assim como o compromisso de todos com sua implementação”, frisa Rodrigo da Rocha Loures, presidente do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI, responsável pela organização do congresso.

Criada pelo governo para coordenar a implementação da PITCE, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) participa de todos os encontros. “Nosso principal objetivo é ouvir as demandas do setor produtivo”, diz Cleyton Campanhola, gerente de Articulação Institucional da ABDI. “Ajudaremos a compilar as conclusões dos fóruns para o congresso e a debater a viabilidade de cada uma, identificando as instâncias competentes para solucionar os gargalos detectados, avaliando o que pode ser resolvido no curto prazo e qual segmento da indústria precisa de mais apoio imediato.”

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) também estará presente. “Queremos mostrar que nosso papel não é só o de fiscalizar, mas de ajudar a indústria a se preparar tecnologicamente para exportar”, afirma Paulo Ferracioli, coordenador da área internacional do Instituto. O Inmetro ajuda as empresas a conhecer e se adequar aos padrões metrológicos do mercado externo, assume pleitos internacionais para derrubar exi-



Laboratório do Inmetro em Xerém (RJ)

gências técnicas excessivas e ainda estabelece, no mercado interno, regulamentos legítimos para protegê-las da concorrência de produtos sem qualidade ou segurança.

PESQUISAS

“Agora vamos ampliar nossas parcerias com empresas para fazer mais pesquisas voltadas à inovação tecnológica de novos produtos e processos capazes de aumentar a competitividade da indústria”, diz Ferracioli, lembrando que o Inmetro tem R\$ 400 milhões em infra-estrutura laboratorial e está construindo um instituto de pesquisa em nanotecnologia.

Na área de estratégias empresariais para impulsionar a competitividade, alguns dos temas centrais são maneiras de estimular a organização de arranjos produtivos locais (APLs), a articulação de cadeias produtivas e outras formas de cooperação entre as empresas. “A experiência mundial mostra que, isoladamente, as em-

presas têm poder limitado para avançar em inovações e competitividade, daí a importância de ampliarmos nossa cooperação”, enfatiza Loures. Em cada Estado, os núcleos do IEL apresentam suas experiências de estímulo aos APLs e à articulação de cadeias produtivas, assim como de incentivo às parcerias universidade-empresa para inovação.

Outro foco dos debates são formas de estimular a disseminação de departamentos de gestão tecnológica nas empresas, considerados essenciais para que a inovação torne-se parte do planejamento estratégico.

Nessa área, o IEL de Santa Catarina apresenta um *software* que está desenvolvendo em parceria com a universidade federal do Estado (UFSC) para ajudar as empresas – sobretudo pequenas e micros – a fazer desde a prospecção das tendências tecnológicas na sua área no mundo até a identificação e planejamento dos processos inovadores que mais lhes convêm. O *software* mostra como o núcleo de inovação deve se integrar ao organograma e oferece parâmetros para que a empresa possa planejar e avaliar seu processo de inovação, sem depender mais de consultores.

Na área de políticas públicas, alguns dos temas centrais dos debates são melhoria dos instrumentos de subvenção e incentivos fiscais, uso do poder de compra do Estado como forma de alavancar P&D, redução do custo dos financiamentos para as empresas, novas formas de acesso ao crédito, modernização e ampliação do mercado de capitais, demandas

na área de tecnologia industrial básica e dos serviços tecnológicos às empresas, barreiras técnicas à exportação e financiamento, bolsas e incentivos à capacitação e incorporação de recursos humanos.

No fórum do Paraná, boa parte das conclusões foi de propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas. O encontro, que reuniu cerca de 80 empresários, sugeriu, entre outras coisas, que os recursos contingenciados dos fundos setoriais sejam direcionados para linhas reembolsáveis da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); criar uma legislação específica para viabilizar as encomendas governamentais de produtos inovadores; agilizar e reduzir os custos dos registros de patentes; e incentivar a biotecnologia.

Propôs ainda reverter ao menos 50% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para capacitação das empresas; criar um programa de bolsas de pós-graduação vinculado às demandas das empresas, com custos partilhados entre estas e o governo; criar universidades corpo-



FOTO: IEL - MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a conferência sobre inovação teve 400 participantes

rativas nas federações das indústrias e na CNI e criar uma associação nacional que congregue as redes regionais de propriedade intelectual.

TEMAS

A Conferência Regional do Sudeste de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento, realizada em Belo Horizonte, nos dias 3 e 4 de agosto, contou com 400 participan-

tes. Dezenove temas foram trabalhados, entre os quais propriedade intelectual, tecnologia da informação, incubadoras e parques tecnológicos, incentivos governamentais e cooperação internacional. "O evento foi um marco devido à integração de empresas, universidades e governo para discutir propostas de estímulo à inovação. Além disso, é uma grande oportunidade de discutir o tema mais próximo do Governo Federal", sustenta Inomar Mourão, gerente de Desenvolvimento de Negócios do IEL-MG.

Cinco outros Estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná) também realizarão fóruns regionais e quatro setores têm encontros programados (eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, químico e de materiais).

Serviço:

As inscrições para o I Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria estão abertas e podem ser feitas no site www.cni.org.br/inovacao

**Pesquisadores trabalham no laboratório do Inmetro em Xerém (RJ)**

FOTO: DIVULGAÇÃO/INMETRO

Experiências inovadoras animam debates nos encontros

Em 1997, a Frimesa, que produz laticínios e derivados de carnes, decidiu apostar em inovações orientadas por pesquisas entre os consumidores. Para diversificar sabores e dimensões das embalagens, importou equipamentos (foto), contratou novos fornecedores e apostou num laboratório e equipes próprias de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Com isso, o catálogo da empresa, que em 1997 tinha 100 itens com um ou dois lançamentos anuais, hoje conta com 250 produtos, 20 novos a cada ano.

Só entre 2002 e 2004, a Frimesa investiu R\$ 23 milhões em equipamentos, alguns apenas para tornar sua fábrica de queijo mais flexível. Gastou 14 meses para encontrar o ponto exato de sal, gordura e fusão que os coreanos queriam no queijo que usam nas pizzas. Mas os resultados valeram a pena. Desde 1997, o faturamento saltou de R\$ 160 milhões para R\$ 530 milhões e as exportações passaram de 8% para 20% desse total.

Hoje a Frimesa exporta para vários países da América Latina e do Leste europeu, além de Hong Kong e África do Sul. Investindo 0,7% de sua renda em P&D, a Frimesa espera atingir um faturamento de R\$ 1 bilhão em 2010. "Hoje temos fábricas totalmente flexíveis e laboratórios experientes que nos permitem produzir do jeito que o cliente quiser", conta Elias Zytec, diretor-executivo da empresa, que apresentou sua experiência no fórum de inovação do Paraná.

PLANEJAMENTO

Também em 1997, a gaúcha Artecoda, que produz adesivos, laminados e cabedais, fez o primeiro planejamento estratégico de inovação, baseado, sobretudo, em transferência de tecnologia e parcerias internacionais. Hoje a companhia tem 150 de seus 1,2 mil funcionários no exterior e 41% do faturamento originado em negócios fora do País. Também investe em pesquisa interna: no ano passado, dobrou a área do laboratório de pesquisa. As projeções são elevar a receita líquida dos atuais US\$ 80 milhões para cerca de US\$ 300 milhões. "Inovação é a prioridade máxima. Por isso adotamos um sistema de gestão que transforma todos os funcionários em inventores e não só os 21 dedicados a P&D", frisa Jairo Korndoerger, gerente de *marketing* da empresa, apresentada como exemplo de gestão em P&D no fórum de inovação do Rio Grande do Sul.

PERSISTÊNCIA

Sobrevivente na área de microeletrônica, em que muitos crêem que o Brasil perdeu a chance de ser competitivo, a pequena Aegis, de São Paulo, teima em prosperar contra a corrente à custa de fortes apostas em P&D. A empresa começou há 21 anos, fabricando diodos com materiais importados e, aos poucos, graças à pesquisa, conseguiu nacionalizar a produção de todos os seus insumos. Há pelo menos sete anos investe 20% do faturamento em pesquisa, tendo seis de seus 60 funcionários dedicados exclusivamente a isso. O resultado foi que, em uma década, a empresa multiplicou a produção por 50, exportando hoje regularmente para o mundo todo, incluindo EUA e Alemanha.



FOTO: DIVULGAÇÃO FRIMESA

Negócios bilionários no mundo

Mercado de comercialização de créditos de carbono deve movimentar US\$ 13 bilhões em 2007 e está aberto para indústrias brasileiras

FOTO: IEL - SANTA CATARINA



Empresários e técnicos participam do curso do IEL em Santa Catarina sobre mecanismos de desenvolvimento limpo e mudanças climáticas

Desde que o Protocolo de Kyoto entrou em vigor, em fevereiro deste ano, as perspectivas para o mercado de comercialização dos créditos de carbono ganharam um novo impulso. Os debates sobre projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) começam a se multiplicar entre empresários brasileiros, que vêem no novo mercado oportunidades reais de bons negócios. O mercado global de créditos de carbono, segundo especialistas internacionais, deve chegar a US\$ 13 bilhões em 2007.

A Câmara de Qualidade Ambiental da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) abriu as discussões sobre o tema no final de junho passado, numa reunião que contou com a presença de 53 empresários. As vantagens e as dificuldades da comercialização de créditos de carbono foram apresentadas pelo engenheiro químico Adilson Souza, consultor do SENAI Paraná, que está acompanhando o desenvolvimento de projeto piloto de MDL naquele Estado.

Em seguida, o Núcleo de Eficiência Energética do IEL Santa Catarina promoveu um treinamento em mudanças climáticas e mecanismos de desenvolvimento limpo visando consolidar as informações já obtidas sobre a comercialização de créditos de carbono para empresários, engenheiros, biólogos, administradores e advogados catarinenses.

O tema, segundo o secretário-executivo da Câmara de Qualidade Ambiental da Fiesc, Luiz Henrique Candido da Silva, está sendo abordado de forma realista, com pés no chão. “Apesar da grande potencialidade de Santa Catarina, sobretudo na região da agroindústria para desenvolvimento de projetos MDL, temos consciência de que não é fácil atender às exigências para obtenção dos créditos de carbono; além dos altos custos – avaliados em US\$ 150 mil só para elaboração do projeto –, são necessários investimentos em tecnologia para acompanhar a redução da emissão de CO₂ proposta”, avalia Silva.

DESAFIOS

O mercado de créditos de carbono nasceu em 1997 com a assinatura do Protocolo de Kyoto por 141 nações, que estabeleceu metas de redução de gases poluentes pelos países desenvolvidos que se comprometeram a diminuir as emissões, em média, 5% abaixo dos níveis registrados em 1990,

para o primeiro período que vai de 2008 a 2012.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo determina que, caso seja impossível atingir as metas estabelecidas de redução de CO₂, os países poderão comprar créditos de outras nações que possuam projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo – instrumento de flexibilização que permite a participação no mercado dos países em desenvolvimento, ou nações sem compromisso de redução, como o Brasil.

O Brasil se apresenta como um fornecedor expressivo de créditos de carbono, diz Silva. Mas acredita que ainda há muito trabalho pela frente. Isso porque não basta apresentar projetos importantes que resultem na redução das emissões de gases. É preciso provar, a todo instante, que essa redução está de fato ocorrendo.

Para a engenheira Janete Moro, gerente de Projetos, Inovação e Trans-



Janete: com o valor dos créditos negociados o desafio pode valer a pena

ferência Tecnológica do IEL-SC, a comercialização de créditos de carbono não é um processo simples. “Os projetos, além de voluntários, ou seja, não podem ser decorrentes de legislação ambiental, deverão atender ao rigor e à seriedade exigidos pela entidade na-



Silva: não é fácil atender às exigências para comercialização dos créditos

cional designada”, disse. No Brasil, os projetos são avaliados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC). Ela conta que os créditos de carbono são negociados hoje no mercado ao preço entre US\$ 5 e US\$ 10 por tonelada.

Pollutec 2005

Levar empresários brasileiros para conhecer o que há de mais moderno no mundo em termos de tecnologias limpas é o propósito da missão ao Salão Pollutec, que está sendo organizada pelo sistema CNI, por meio do IEL. A feira será de 29 de novembro a 2 de dezembro em Paris.

Durante quatro dias, 1,5 mil ecoindustriais da França, Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha, Argentina, Chile, México, Honduras, El Salvador, Guatemala, Peru, Nicarágua, Costa Rica, Colômbia e Brasil apresentarão uma oferta internacional de técnicas e serviços de prevenção e de tratamento de todos os tipos de poluição. Estima-se que cerca de 40 mil visitantes circularão no evento.

A feira aborda as áreas de distribuição e tratamento de água; equipamentos, produtos, estudos e serviços para reciclagem de lixo; equipamentos, laboratórios e instrumentos para análise e monitoramento; tratamento de gases poluentes; energia renovável e energia limpa; conseqüências da poluição e tratamento de saúde; produtos e serviços para redução de poluição sonora; e tecnologia de desenvolvimento de *softwares*.

O IEL está organizando atividades especiais e suporte técnico para a missão brasileira, que será composta de empresários e convidados de instituições públicas e privadas. A programação contará com um seminário, apresentado por palestrantes brasileiros e franceses, abordando temas relacionados a meio ambiente e oportunidades de negócios no Brasil.

Este ano, a organização do Salão Pollutec oferece um espaço ao sistema CNI onde será instalado o Estande Brasil. As empresas interessadas em participar do evento poderão obter informações adicionais pelo e-mail: al-invest@iel.cni.org.br

Produção diferenciada

Melhorias no produto aumentam receita das empresas do Pólo de Confeção de São João Nepomuceno, em Minas Gerais

A confecção Lábios de Mel fatura hoje 40% mais que há dois anos sem ter incrementado o número de peças vendidas. O segredo é simples: o que aumentou foi o valor agregado de seus produtos. Com isso, a empresa, que se iniciou no mercado externo há apenas três anos, exporta atualmente 70% da produção. Este é um exemplo do que o pólo de confecções de São João Nepomuceno, no sul de Minas Gerais, quer obter para todo o setor: crescimento por meio de agregação de valor,

ainda que a maioria continue focada no mercado interno. Para isso, com a ajuda da Fiemg, do IEL, do Sebrae e do SESI, entre outros parceiros, os empresários estão tratando de unir forças e trabalhar de forma mais cooperativa, como um arranjo produtivo local (APL) articulado.

Afinal, boa parte dos avanços obtidos até hoje pelo setor só foi possível pelo associativismo. Os primeiros cursos de treinamento de mão-de-obra, por exemplo, foram promovidos pela associação patro-

nal do setor, criada em 1986. Com a sua transformação em sindicato, em 1990, a cidade conquistou uma unidade fixa do SENAI para formar costureiras qualificadas. Graças à parceria do sindicato com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em fevereiro, a unidade ganhou sede própria, transformando-se no Centro Integrado SESI-SENAI Dr. Robson de Andrade. Ali são oferecidos hoje 26 cursos de capacitação na área de confecção, além dos primeiros

FOTO: JOSÉ PAULO LACERDA



Castro: aposta na qualidade e na criatividade para não competir com os preços baixos da China

curso regulares de 5ª a 8ª séries e de ensino médio da cidade.

“Formação profissional é prioridade porque é essencial para a competitividade. Começamos capacitando costureiras e agora queremos melhorar a formação dos empresários e elevar a escolaridade do município para podermos modernizar as empresas”, explica José Roberto Schincariol, presidente do sindicato e diretor regional da Fiemg, empenhado em transformar o pólo em um APL articulado.

COOPERAÇÃO

O sindicato facilitou a incorporação de tecnologia. A entidade comprou para uso coletivo o primeiro sistema informatizado de risco da cidade (CAD), que permite economizar até 20% do tecido. A cooperação também possibilitou, em 1992, a construção de uma central de vendas, hoje com lojas de 30 fabricantes, que facilita as compras de quem vai à cidade. A confecção Liliputi, por exemplo, embora já fosse uma das poucas com marca própria, teve um incremento de 30% nas vendas no ano seguinte à inauguração do centro.

Agora, a articulação dos empresários está se aprofundando graças ao projeto de desenvolvimento do APL promovido pelo IEL, em parceria com a Fiemg, o Sebrae, o SENAI, o sindicato, a agência de desenvolvimento local e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), além da prefeitura local e outros parceiros. O projeto começou em 2003, com um diagnóstico do setor feito pelo IEL a partir de pesquisa feita nas empresas e nos 9 mil domicílios da cidade, para mapear a informalidade. O resultado foi um retrato completo



FOTOS: JOSÉ PAULO LACERDA

do setor, formado por 350 fábricas—só 102 formais—, que geram cerca de 7,5 mil empregos diretos e indiretos (75% da população economicamente ativa).

A partir do diagnóstico, o IEL tratou de mobilizar os empresários locais para traçar, junto com os parceiros, um plano estratégico de desenvolvimento do APL, com ações previstas para três anos.

A principal fragilidade identificada foi a excessiva dependência do setor de alguns grandes magazines e marcas, que encomendam e compram a maior parte da produção local, decidindo modelos e negociando preços com grande poder de barganha. Para diversificar o mercado, decidiu-se estimular a criação de marcas próprias, assim como o turismo de compras.

Para isso, o IEL promoveu, no início deste ano, uma oficina de 400 horas dirigida pelo estilista mineiro Ronaldo Fraga, centrada na busca de identidade própria para a produção.



No alto, Schincariol: formação para melhorar competitividade. Acima, Renato e Ronaldo Vitoi, donos da Liliputi

Durante dois meses, alunos de 19 empresas fotografaram as principais referências culturais da cidade: fachadas de casas e ladrilhos hidráulicos centenários, a estação ferroviária, a tecelagem do século XIX, etc.

“As pessoas ficaram emocionadas, descobriram que podiam criar coisas belíssimas, que tinham competência para fazer muito mais do que as encomendas dos grandes magazines”, resume Fraga. De fato, apostar em produtos diferenciados e moda original é visto pelas lideranças

loais do setor como o único caminho. “Não podemos competir com a China por preço. Só sobrevivemos até hoje porque começamos a apostar em qualidade e produção diferenciada, agora temos de aprofundar o processo lançando marcas próprias”, diz Luiz Henrique Castro, dono da Lábios de Mel e diretor do sindicato.

Cerca de 30 empresários – que representam 70% do faturamento do pólo – já estão envolvidos nos quatro grupos temáticos organizados pelo IEL para decidir e implementar outras ações para o desenvolvimento do APL. As ações planejadas para este ano incluem a participação em feiras e viagens de prospecção de tendências da moda mundial, início da organização de uma cooperativa de crédito, diagnóstico da gestão das empresas, implementação de programas de controle da inadimplência, além da criação de 13 novos cursos de capacitação técnica, liderança, gestão, empreendedorismo e logística empresarial, a serem oferecidos pelo SENAI, Sebrae ou pela associação comercial local.

A partir da visita de 13 empresários de São João Nepomuceno ao APL de confecções de Cianorte, no Paraná, organizada e subvencionada pelo Sebrae, decidiu-se adotar a estratégia deste APL para atrair compradores: lojistas e sacoleiros são trazidos por guias recrutados em várias cidades e treinados para conhecer o perfil dos produtos do pólo. Até março do ano que vem, o APL de São João Nepomuceno pretende ter selecionado e treinado seus 10 primeiros guias para realizar as excursões de compras. Visitas a outros três APLs já estão planejadas.

Simone Biehler Mateos,

enviada especial a São João Nepomuceno (MG)

Uma história de avanços impulsionados por crises

Base da economia local, a indústria têxtil e de confecções de São João Nepomuceno tem longo histórico de saltos qualitativos a partir das crises. O próprio setor de confecção nasceu, na década de 60, como resposta à crise da Tecelagem Sarmiento, que era o motor da cidade desde sua fundação, em 1980.

Duas irmãs começaram a costurar em suas casas no final dos anos 50, criando a

Marlu, primeira confecção da cidade. Em 1960, a empresa já tinha máquinas industriais e 50 funcionários. No fim dos anos 70, já eram centenas de confecções na cidade e só a Marlu empregava 280 pessoas.

Na década de 80, o setor cresceu e se modernizou, fornecendo para a Mesbla. A empresa exigia que seus fornecedores viajassem com seus compradores para a Europa, onde estes lhes indicavam quais modelos queriam. Foi assim que os escritórios de representação da cidade, que faziam as vendas viajando com os mostruários das confecções, se transformaram em escritórios de desenvolvimento, encarregados de copiar e adaptar modelos.

Quando a Mesbla entrou em concordata, em 1996, a maioria das confecções da cidade vendia mais de 50% da produção para o magazine. A crise foi agravada pela concorrência dos produtos chineses. A saída foi investir em modernização, para aumentar a produtividade, e em melhoria da qualidade e produtos diferenciados, já que no básico era difícil competir com a China. Alguns abriam lojas próprias. “Para dar esse salto tivemos de nos unir”, diz Castro, da Lábios de Mel, que vendia 80% da produção para a Mesbla. Dessa forma, o pólo começou a produzir roupa para grandes magazines, como C&A, Zara, Lojas Americanas e, mais recentemente, para *griffes* famosas como Zoomp, Fórum, etc. “O próximo passo nesse processo de agregar cada vez mais valor é termos nossas próprias marcas, fazermos moda e não só roupa para os outros”, avalia Jairo Furtado, dono da Lavanderia Tropical, a terceira maior do País. Profissionais de sua empresa viajam periodicamente ao exterior para acompanhar a moda e regularmente é lançado o catálogo com as tendências de lixado, puido, rasgado e desbotado de *jeans*.



Furtado: é preciso fazer a própria moda

Artesanato mineral

Cerca de 400 artesãos, garimpeiros e lojistas da região de Cristalina, em Goiás, terão a oportunidade de aumentar e melhorar a produção graças ao Arranjo Produtivo Local do Artesanato Mineral, lançado em 23 de junho. A iniciativa é da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, com o apoio do IEL-GO e do SENAI-GO. O projeto pretende elevar a produtividade no garimpo, otimizar a produção e o beneficiamento da pedra e melhorar a qualidade das mercadorias produzidas.

Instituição Cidadã

O IEL-CE foi certificado, no último dia 6 de julho, como Instituição Cidadã. O prêmio é um reconhecimento do Governo Federal, Prefeitura de Fortaleza, Federação das Associações dos Jovens Empresários do Ceará (Fajece) e Associação Brasileira de Recursos Humanos do Ceará (ABRH-CE) pelo trabalho de ampliação e interiorização do Programa de Estágio no Estado. Além dessa certificação, o IEL recebeu do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria do Ceará (Sindpan) e da Associação Cearense da Indústria da Panificação (Acip) a Comenda de Santa Isabel, padroeira dos panificadores, na categoria Responsabilidade Social.

Correção

Ao contrário do mencionado na matéria "Negócios à vista", na edição 160, o participante do programa de intercâmbio de funcionários da Fieg não foi Plínio Viana, mas Wellington Vieira. A gerência de Thiago Lima é a de Cooperação Empresarial Internacional.

Parcerias internacionais

A Plataforma Brasil-Europa, uma iniciativa da CNI com a Onudi Paris, braço da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial na França, está identificando projetos industriais e tecnológicos de pequenas e médias empresas brasileiras para promover parcerias com empresas européias, principalmente francesas. Os setores priorizados são biotecnologia,



agroindústria, tecnologia da informação e meio ambiente. Com esse objetivo, o IEL trouxe a engenheira Amandine Molin, responsável pelos projetos brasileiros naquele país, para visitar Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Guaraná milagroso

A indústria Assessa, do setor de cosméticos, deve lançar em 2006 uma substância, produzida a partir do extrato de guaraná, com 20 vezes mais teor de cafeína do que o encontrado no café. O produto, desenvolvido pelo estudante Bernardo Dias e pela

professora Maria Alice Zarur, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi vencedor do Bitec – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas, realizado pelo IEL em parceria com Sebrae, CNPq e SENAI – no Estado.



ILUSTRAÇÃO: PINOL

Potencialidade do segmento farmoquímico

FOTO: DIVULGAÇÃO ABIFINA



A viabilização da política industrial para a área farmacêutica passa, necessariamente, pela fabricação local de princípios ativos para esse segmento da cadeia produtiva de medicamentos. O segredo do conhecimento, a propriedade intelectual, sempre é referido ao princípio ativo pertinente a cada medicamento. Para a viabilização econômica dessa cadeia produtiva, ainda se faz mister o exame das possibilidades dos intermediários de síntese para tais princípios ativos – também usados em defensivos agrícolas e animais, entre outros – virem a ser fabricados no País por empresas especializadas em processos produtivos básicos, localizadas a montante da referida cadeia produtiva.

A constante inovação tecnológica requerida pela área de fármacos exige uma grande concentração de recursos públicos em parceria com o setor privado e sua alocação prioritária em empresas com maior

agilidade, capacitação e conhecimento do mercado. É desperdício de recursos escassos incentivar pesquisas em centros de P&D autônomos, sem estreita e direta vinculação com o sistema produtivo da área de saúde pública.

Incentivos fiscais a serem conferidos às empresas necessitam ser ágeis, sob pena de se perder importantes oportunidades de mercado. Daí decorre a necessidade de que o controle de tais aplicações pelo fisco seja procedido *a posteriori*, em vez de ser requerida uma apresentação formal de projeto de pesquisa para órgãos de fomento, que demanda longo tempo para apreciação e que, ao tornar públicas as intenções de investimentos, impede a consecução de trabalhos voltados para atender oportunidades de mercado.

O poder de compra do Estado é o instrumento mais valioso para a promoção de investimentos privados em inovação tecnológica e no desenvolvimento industrial na área de fármacos. Como a Lei de Licitações ou a Lei do Pregão destina-se a priorizar a aquisição de produtos tendo por base exclusiva o menor preço ofertado, com isonomia tributária e de qualidade praticamente nulas, é importante que o Governo Federal patrocine a aprovação de uma legislação específica para fomentar a área de fármacos, como o fez para o setor de informática.

Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina)

Estágio – O IEL-GO realizará o 6º Encontro Nacional de Estágio, de 27 a 29 de setembro, em Goiânia. O evento, com o tema Estágio como Prática para a Mudança Profissional e Empresarial, tem por objetivo sensibilizar empresas e instituições de ensino para a importância dessa prática como processo educacional que auxilia na qualificação dos futuros profissionais. Informações: www.ielgo.com.br ou (62) 3219-1467.

Expocruz – Inovação tecnológica e tendências do setor pecuário para a produção de carne é o tema do Encontro Empresarial AL-Invest Tecnopecruz 2005, que será realizado durante a Feira Internacional Santa Cruz (Expocruz), de 21 a 23 de setembro, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. As rodadas de negócios são organizadas pelo Eurocentro da Bolívia, com o apoio do Eurocentro IEL Brasil e do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (CIN-Fiemt). Na ocasião, empresários brasileiros do setor agroindustrial e entidades européias e latino-americanas negociarão acordos comerciais, de transferência de tecnologia, assistência técnica, capacitação, *joint-ventures* e projetos de investimento. Informações: (61) 3317-9077.

Alimentos e bebidas – O Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), o Eurocentro Recife e o Eurocentro IEL Brasil promovem uma missão empresarial à Polagra, a maior feira de alimentos e bebidas do Leste europeu, realizada em Poznań, na Polônia. A missão parte em 17 de setembro e retorna no dia 24. Informações: (61) 3317-9435.